

guiadoarquivohistori
desãopauloguiado
comunicipaldesãopauloguiadoar
quivohistoricomuni
uloguiadoarquivo
aldesãopauloguiado
icomunicipaldesãop
rquivohistoricomunicipaldesaopa
uloguiadoarquivohistoricomunici
paldesãopaulogui
óricomunicipaldesaopauloguiado
arquivohistoricomunicipaldesaop
auloguiadoarquivo
ipaldesãopauloguiadoarquivo
óricomunicipaldesaopauloguiado
arquivohistoricomu
auloguiadoarquivo
ipaldesãopauloguiadoarquivo
oricomunicipaldesaopauloguiado
arquivohistoricomuni

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Prefeito: João Dória

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Secretário: André Sturm

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

Diretor: Luís de Soares Camargo

PROJETO GRÁFICO E EDITORIAL

Equipe da Supervisão de Pesquisa e Difusão

TEXTO E PESQUISA

Equipe de Processamento Técnico da Supervisão de Acervo Permanente

Karla Maestrini – Supervisora

Débora C. S. da Silva – Coordenadora

Leonardo de Sá Miranda – Coordenador

Geane C. Sinésio – técnica

Igor Pires Leon – técnico

Abigayl Gabriela Prado Furtado – estagiária

Eduardo De vito – estagiário

Jhonatan Ferreira Pires – estagiário

Leticia da Silva Rocha – estagiária

Lucas Lasalvia Balderrama – estagiário

Sumário

Apresentação do guia.....	1
Histórico da instituição.....	2
Dados gerais.....	4
Organização.....	5
Serviços.....	6
Fundos e Coleções.....	8

Guia do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

O Novo Guia do Arquivo Municipal tem como finalidade fornecer uma visão panorâmica da Instituição e seu acervo. Este produto surge da necessidade de se repensar a política organizacional de acesso, vinculada a uma metodologia arquivística mais criteriosa. Assume a função de informar ao usuário sobre o conteúdo dos Fundos e coleções custodiados pelo Arquivo Histórico. Em relação ao próprio acervo, esta ferramenta dispõe sobre o contexto de produção documental, seu conteúdo e estrutura bem como as condições de uso.

O primeiro Guia do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo foi lançado em 1984. Em 2000, foi publicada uma nova versão, trazendo informações mais aprofundadas do acervo. Por sua vez, em 2007 no bojo das comemorações do centenário da Instituição surge mais uma edição do Guia, devido ao recolhimento de novos conjuntos documentais. Assim sendo, dez anos após a publicação do último Guia apresentamos a nova versão deste instrumento de pesquisa, elaborado pelos técnicos e estagiários da Supervisão do Acervo Permanente.

Supervisão do Acervo Permanente

Histórico da instituição

O Arquivo Histórico Municipal - AHM é o departamento responsável pela guarda permanente, identificação, ordenação, conservação e divulgação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde meados do século XVI até a primeira metade do século XX.

O Acervo, de valor probatório e histórico-cultural, é fonte imprescindível para a recuperação de informações sobre a história de São Paulo e custodia dos documentos considerados mais antigos da América Latina - as Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo (1555-1558).

Não é simples precisar a data de criação do Arquivo Histórico como instituição arquivística encarregada do recolhimento e guarda da produção documental no âmbito do Município. Pelo Ato nº 1, de 7 de janeiro de 1899, foram instituídos a Secretaria Geral (nos moldes da Secretaria da Câmara) e o Tesouro. A Secretaria representava o centro do expediente da Prefeitura, e nela aparece um arquivo, provavelmente com funções de protocolo, ou seja, acumulando apenas documentação corrente. Só em 1907, com a Lei nº 1.051, de 17 de outubro, é criada mais uma Seção nesta mesma Secretaria, para ser a responsável pelos serviços de instrução pública, estatística e arquivo municipal.

Pela mencionada lei todo o patrimônio arquivístico, das Câmaras e ex-Intendências, seria transferido para a Prefeitura, que deveria reorganizá-lo e divulgá-lo. Entre os documentos a serem transferidos, encontrava-se a série de Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo e da Câmara de São Paulo, cobrindo o período entre 1555 e 1826. Com o poder executivo unificado, não existindo mais as Intendências, cessava a razão pela qual ficavam a cargo da Secretaria Geral da Câmara os papéis e livros referentes à administração de São Paulo. Note-se que nesse novo arquivo ainda não se fazia distinção entre documentação corrente e documentação histórica.

Em 1911, através do Ato nº 400, foi esse arquivo regulamentado, permanecendo subordinado à Terceira Seção da Secretaria Geral. Pelas considerações que abrem esse ato, tomamos conhecimento que àquela altura, 1911, já se havia iniciado o processo de transferência da antiga documentação camerária.

Anos depois, pelo Ato n 1.146, de 4 de julho de 1936, constituiu-se o Departamento de Cultura, precursor da Secretaria Municipal de Cultura - com várias divisões, entre elas, a Divisão de Documentação Histórica e Social. Essa divisão comportava uma subdivisão chamada Documentação Histórica, que pode ser considerada a antecessora imediata do atual AHM, já que a ela eram atribuídas as funções que hoje são desempenhadas pelo Arquivo Histórico; a mais relevante: "recolher, restaurar e conservar documentos históricos ou antigos, pondo-os em condições de serem consultados e publicados".

Cumpra-se notar que na ótica do Ato de 1936 (art. 217, parágrafo único), "papel e documento histórico ou antigo é todo aquele existente no Arquivo Municipal há mais de 30 anos". Definição que explica o fato de durante muito tempo a maior parte da documentação histórica acumulada no AHM não ter ultrapassado o limite do ano de 1906.

O Arquivo Histórico Municipal já ocupou vários imóveis na cidade. Na década de 1950 tinha como endereço a Rua da Cantareira, nº 167, onde se concentravam vários órgãos do Departamento de Cultura. Mudou-se depois para um prédio na Rua Brigadeiro Tobias, sendo posteriormente transferido para a Rua da Consolação, nº 1024, num sobrado residencial, antiga sede da Chácara Lane. Diante da falta de condições físicas do imóvel deu-se, em 1990, a transferência do Arquivo Histórico para a Casa nº 1 da antiga Rua do Carmo, atual Rua Roberto Simonsen, nº 136-B - àquela altura recém-restaurada.

A instituição aí permaneceu por cerca de dez anos até ser transferida oficialmente para o Edifício Ramos de Azevedo, em janeiro de 2000. Inaugurado em 1920, este edifício serviu como sede do Gabinete de Eletrotécnica da Escola Politécnica. Em 1987, o prédio foi adquirido pela Prefeitura e, em 1999, paulatinamente, setores do Arquivo Histórico começaram a ser transferidos para o edifício.

De acordo com mudanças administrativas, de 1969 a 2010 foi denominado Arquivo Histórico Municipal Washington Luis e, conforme o Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010, torna-se uma Divisão do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura.

Em junho de 2012, através da Lei nº 15.608, transforma-se em Departamento da Secretaria Municipal de Cultura, como Arquivo Histórico de São Paulo. Em 12 de dezembro de 2016, com o Decreto nº 55.528, passou a denominação de Arquivo Histórico Municipal.

Dados gerais

Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Cultura
Departamento do Arquivo Histórico Municipal

Endereço:

Praça Coronel Fernando Prestes, 152 – Bom Retiro
CEP: 01124-060 – São Paulo –SP
Tel.: 55 11 3396-6000

Acesso:

Metrô Tiradentes – linha azul (norte/sul)
saída Praça Coronel Fernando Prestes

Funcionamento:

De segunda à sexta-feira, das 9:00 às 17:00 horas
Site da instituição: www.arquivohistorico.sp.gov.br

Organização

O Arquivo Histórico Municipal, Departamento da Secretaria Municipal de Cultura, é responsável pela guarda permanente, identificação, ordenação, conservação e divulgação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde meados do século XVI até a primeira metade do século XX. O Acervo, de valor probatório e histórico-cultural, é fonte imprescindível para a recuperação de informações sobre a história de São Paulo e custodia os documentos considerados mais antigos da América Latina - as Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo (1555-1558).

|Telefone | 3396.6000

|e-mail: arquivohistorico@prefeitura.sp.gov.br

| DIRETOR

Luís Soares de Camargo

| COORDENAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÓPRIOS MUNICIPAIS

logradouros@prefeitura.sp.gov.br

| SUPERVISÃO DO ACERVO PERMANENTE

consultaacervo@prefeitura.sp.gov.br

| SUPERVISÃO DE CONSERVAÇÃO DO ACERVO

sca@prefeitura.sp.gov.br

| SUPERVISÃO DE PESQUISA e DIFUSÃO

difusaoarq@prefeitura.sp.gov.br

| CONSELHO CONSULTIVO

Membros

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Diretor do Arquivo Histórico Municipal

| Luis Soares de Camargo

Suplente | Maria Regina Davidoff

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ARQUIVÍSTICA

Serviços

| Acervo Permanente

A consulta ao Acervo do Arquivo Histórico Municipal - AHM é gratuita e aberta ao público. O atendimento aos consulentes acontece de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h00, e requer agendamento prévio.

Pessoalmente: Edifício Anexo do Arquivo Histórico Municipal - Praça Coronel Fernando Prestes, 152 – Bom Retiro – São Paulo – SP. Brasil

Por telefone: 11 3396-6025 e 11 3396-6071. Por e-mail: consultaacervo@prefeitura.sp.gov.br

Reprodução de Acervo Permanente

A reprodução do Acervo da instituição segue as normas estabelecidas pelo [Decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016 - Pg. 03 a 11](#), que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP. Após contato pelo endereço consultaacervo@prefeitura.sp.gov.br, o interessado receberá um formulário de requisição e a lista de documentos necessários para a abertura de um expediente interno. Com a entrega do formulário devidamente preenchido, juntamente com os documentos solicitados, o expediente será submetido ao crivo da Comissão Interna para Avaliação de Solicitação de Imagem. Sendo deferida, a requisição de cessão de imagem será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Entrega da imagem

Publicada a autorização no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, o consulente deverá efetuar o pagamento do preço público através de uma guia emitida pela Instituição (quando houver pagamento) e assinar o Termo de Compromisso de uso exclusivo da imagem, conforme regulamenta o Decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016.

Emissão de certidão

O Arquivo Histórico Municipal - AHM emite certidões de inteiro teor dos documentos constantes em nosso Acervo. Para solicitar uma certidão é necessário entrar em contato com a Supervisão do Acervo Permanente pelo e-mail consultaacervo@prefeitura.sp.gov.br. Para o reconhecimento de firma constante no documento, será cobrado o valor fixado pelo 15º Cartório de Registro Civil do Bom

Retiro. O prazo para entrega da certidão é de 24 horas (prazo mínimo, podendo variar de acordo com o volume de documentos solicitados).

Consulta aos Livros de Registro de Cemitério

Não é necessário agendamento prévio.

Informações: De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00.
Telefones: 11 3396.6057 e 11 3396.6044 - Endereço de e-mail:
consultacemiteriosah@prefeitura.sp.gov.br

| Biblioteca

Não é necessário agendamento prévio.

Informações: De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h00
Telefone: 11 3396.6038 - E-mail: bibliotecaarq@prefeitura.sp.gov.br

| Denominação de Logradouros Públicos

Não é necessário agendamento prévio.

Informações: De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h00
Telefone: 11 3396.6066 - E-mail: logradouros@prefeitura.sp.gov.br

Área de Identificação

Código de Referência: BR SPAHSP CMSP

Título: Câmara Municipal de São Paulo

Datas limite: 1555 – 1899 (com ressalvas)

Nível de descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Público

Suporte e dimensão: Textual e iconográfico, perfazendo 1.415 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo e posteriormente Câmara Municipal de São Paulo.

História Administrativa/ Biografia: A primeira povoação constituída no planalto de Piratininga foi Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho, possivelmente em 1550, a conselho do padre Leonardo Nunes. Tomé de Souza elevou-a a categoria de vila no dia 08 de abril de 1553, nomeando João Ramalho como seu alcaide e guarda mor do campo. Apesar das divergências existentes sobre a sua exata localização, sabe-se que as casas aí construídas eram simples choupanas, cercadas de pau-a-pique, sendo que numa delas funcionava a Câmara Municipal.

Em meados de 1560 a vila estava em decadência e não chegava a contar com trinta moradores, deste modo, temendo pela sua destruição, o governador geral Mem de Sá mandou extinguir a vila de Santo André da Borda do Campo transferindo-a para o aldeamento de São Paulo de Piratininga. Por meio deste ato, transferiu-se o pelourinho para defronte da casa dos jesuítas em São Paulo e, reunidos os povos de Santo André junto aos moradores de São Paulo, a vila foi efetivamente instalada, época em que foi constituída a 1ª Câmara Municipal de São Paulo.

Desde a fundação das primeiras vilas no Brasil colonial, a administração destas esteve sob o controle das Câmaras Municipais, órgãos advindos do regime político-administrativo português. Organizadas no território lusitano desde a Idade Média, as Câmaras, também conhecidas como Casas do Conselho ou Senado da Câmara, tiveram seu funcionamento e atuação regulamentados pelas Ordenações régias – Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1595) – todavia, a origem desta instituição está ligada ao período de ocupação do território ibérico pela República Romana.

As Câmaras Municipais exerciam, concomitantemente, os poderes executivo, legislativo e judiciário nas vilas e cidades. Faziam parte do quadro de funcionários das Câmaras Municipais: vereadores, juízes, procuradores, o almotacé (uma espécie de oficial do município), escrivão e porteiro, sendo estes últimos responsáveis pelas atividades administrativas do órgão.

De acordo com a historiadora Suely Robles Reis de Queiroz os órgãos municipais tiveram grande importância durante o Brasil colonial, no entanto, sob o Império se instituiu uma política de centralização voltada ao fortalecimento das instituições regionais em detrimento das locais. Com a promulgação do Regimento Interno das Câmaras Municipais (Lei de 1º de outubro de 1828), essas instituições perdem a função judiciária, que é então transferida para a esfera provincial. No período regencial,

“O Ato Adicional de 1834 conferiu às Assembleias Provinciais a prerrogativa de elaborar a legislação municipal, transformando as Câmaras em mero poder consultivo e fiscalizador. A estas cabia apresentar a proposta orçamentária, indicando as prioridades na aplicação dos recursos, propor a criação de impostos, apresentar as posturas municipais. No entanto, quem decidia tudo era a Assembleia (...) o que diminuía consideravelmente a autonomia das instituições municipais (...)”¹.

¹ QUEIROZ, S. R. R. de. “Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954”. In: PORTA, Paula. (org.). *História da cidade de São Paulo*, v.3: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.17.

Já no regime republicano, as Câmaras acabam suspensas em 1890 e substituídas pelos Conselhos de Intendência Municipal. A lei estadual nº 16, de 13 de novembro de 1891, reorganizou os municípios do estado de São Paulo e deu início a uma nova etapa em que outros modelos administrativos começavam a ser testados. Todavia, as Intendências não substituíram a Câmara Municipal de São Paulo, que se reorganizou e continuou sendo o órgão central da administração pública municipal. Apesar da tentativa de se extinguir o poder camerário nos municípios, substituindo este pelas Intendências, as Câmaras reassumem seu papel de órgão gestor da vida pública municipal.

Procedência: Os documentos produzidos e acumulados pela Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo e posteriormente, São Paulo foram transferidos ao Arquivo Histórico na criação da instituição em 1907, por meio da Lei nº 1.051, de 17 de outubro, onde é criada mais uma Seção na Secretaria, para ser a responsável pelos serviços de instrução pública, estatística e arquivo municipal. Esta lei transferiu todo o patrimônio arquivístico, das Câmaras e ex-Intendências para a Prefeitura visando à reorganização e divulgação dessa documentação.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e conteúdo: Neste conjunto documental encontram-se documentos produzidos e acumulados pela Câmara de Santo André da Borda do Campo/São Paulo relacionados às atividades administrativas municipais. Devido às especificidades dos órgãos camerários durante o período colonial e no império, nesse fundo encontramos as funções relacionadas ao desenvolvimento de atividades executivas, legislativas e judiciárias, tais como: vereança, almotaçaria, administração financeira, execução jurídica, administração de pessoal, protocolo, regulação, escrituração, prestação de serviços como de educação, higiene e limpeza, obras, transportes, etc.

Posteriormente, ao longo do século XX, foram incorporados ao acervo séries documentais provenientes do poder legislativo municipal tais quais: notas

taquigráficas das sessões de vereadores e atas das sessões da Câmara, apesar do legislativo municipal já contar com um arquivo próprio. Assim sendo, algumas séries documentais encontram-se divididas entre o acervo do Arquivo Histórico Municipal e o Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo.

Área de condições de acesso e uso

Condições de acesso: Há restrição de acesso para alguns conjuntos documentais, seja pelo conteúdo das informações, seja pelo estado de conservação.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens textuais, aproximadamente 3400 documentos encadernados e 208 caixas arquivo; itens iconográficos 14 fotografias e 180 plantas.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição realizada por Karla Maestrini e Letícia Rocha. Texto revisto por Leonardo de Sá Miranda. Para a bibliografia foram consultadas as seguintes fontes:

ARQUIVO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. *Guia do acervo municipal Washington Luís*. São Paulo: DPH, 2007.

CABRAL, D. Regimento das Câmaras Municipais. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=5751>>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

LEHMANN, L.S.; MORZA, R.A. Formação administrativa da cidade de São Paulo 1554-1954. In: *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, v. 199, 1991.

QUEIROZ, S. R. R. de. Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula. (org.). *História da cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 21 de agosto de 2017.

Área de Identificação

Código de Referência: BR SPAHSP SA

Título: Santo Amaro

Datas limite: 1828-1935

Nível de descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Público

Suporte e dimensão: Textual e iconográfico, perfazendo 23 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Câmara e Prefeitura Municipal de Santo Amaro.

História Administrativa/ Biografia: A história do município de Santo Amaro se inicia em 1833, quando é elevada à categoria de vila por decreto regencial promulgado em 10 de julho de 1832 pela Assembleia Geral, em seu primeiro artigo. Uma vez constituída como vila, adquiriu-se o direito à antiga freguesia de se organizar a partir de uma câmara municipal, tendo-se a administração pública local formada unicamente por esse órgão durante o referido período.

Em 1877, por meio do decreto provincial nº 33, de 8 de maio, forma-se o município de Itapeverica da Serra, antigo distrito de Santo Amaro, englobando os territórios dos futuros municípios de: Embu das Artes, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra e Juquitiba. Em vigência do Decreto nº7 de 2 de janeiro de 1890 do governador do estado, cria-se uma instância administrativa, assim denominada Conselho de Intendências Municipais, que passava a ser provisoriamente o órgão chefe do Poder Municipal; devido à dissolução da câmara da vila, nomeava-se dentre os três membros do referido conselho um intendente geral. Essa formação administrativa daria vazão, por sua vez, à constituição da prefeitura de Santo Amaro. No entanto, coexistiriam Câmara Municipal e Prefeitura, originária das Intendências, na localidade.

Em 1935, sob a égide do decreto nº5.983, o município é então incorporado à administração da cidade de São Paulo como subprefeitura.

Procedência: Os documentos produzidos e acumulados pela Câmara Municipal, e posteriormente, Prefeitura Municipal de Santo Amaro foram transferidos ao Arquivo Histórico através do processo nº. 32.328/1976. Até então, estavam sob custódia da Administração Regional de Santo Amaro.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e conteúdo: Neste conjunto documental encontram-se documentos produzidos pela câmara de Santo Amaro de ordem administrativa como: Cartas de datas de terra, atas das sessões da Câmara, livros-caixa de impostos diversos, Livros de registro de veículos dos habitantes do município, Livro de arrematação de terrenos do patrimônio público da prefeitura, Livro de registro de Leis, Livros de registro de chamadas diárias das escolas municipais de Santo Amaro, Livro de registro de escravos em função do Fundo de Emancipação, Livros de registro de petições de alinhamento de terrenos e vias públicas de Santo Amaro e Livro de regulamentação do cemitério municipal de Santo Amaro e Livros de registro funerário do cemitério Santo Amaro (Sendo 16 livros funerários do cemitério de Santo Amaro e 1 livro específico dos jazigos da Colônia Alemã).

Área de Condições de Uso

Condições de acesso: Há restrição de acesso para os seguintes documentos: livros números 173, 358, 371, 372, 373, 376, 377, 378, 382,387, 389, 390,391, 391, 526 e 658 devido ao estado de conservação. Além disso, existe uma lacuna na documentação do número 589 até 606, depois a numeração novamente salta à numeração 658, sendo que os livros encadernados numerados estão embaralhados até o último número 692.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens textuais e cartográficos; 69 caixas arquivo e 559 documentos encadernados.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição realizada por Abigayl Gabriela Prado Furtado e Eduardo de Vito. Texto revisado por Karla Maestrini. Para a bibliografia foram consultadas as seguintes fontes:

BERARDI, Maria Helena Petrillo. *Santo Amaro: História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Oficinas da gráfica municipal, 1969. Disponível em:

http://www.itapecerica.sp.gov.br/formacao_administrativa.html. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRASIL. *Coleção de Leis do Império*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colacao3.html>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

SÃO PAULO (Estado). *Coleção de Leis do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto%20n.7,%20de%2002.01.1890.pdf>. Acesso em 20/06/2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 20 de junho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP PMSP

Título: Prefeitura Municipal de São Paulo

Data: 1899 - 2016

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Público

Suporte e Dimensão: Textual, iconográfico, audiovisual e digital perfazendo 2.500 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Prefeitura Municipal de São Paulo

História Administrativa/Biografia: Antes exercido pelas Câmaras Municipais, o poder executivo municipal foi reorganizado pela Lei nº 374, de 29 de setembro de 1898, fazendo com que a administração da cidade passasse para a recém-criada Prefeitura. Porém, a lei que cria e organiza a prefeitura da capital paulista só foi levada a cabo no ano posterior constituindo-a numa entidade composta por uma Secretaria Geral à qual se subordinavam três repartições: as Diretorias de Obras, Justiça e Polícia e Higiene, além do Tesouro Municipal.

Com a indicação do Conselheiro Antonio da Silva Prado para assumir a prefeitura municipal, cargo que ocupou até os primeiros dias de 1911, a administração pública começou a encontrar sua efetiva fisionomia burocrática, como regras de funcionamento e normas próprias para o recrutamento de quadros.

Com o crescimento da cidade, no governo de Raimundo da Silva Duprat (1911-1914), a prefeitura recebeu uma organização compatível com a importância dos serviços prestados, passando o prefeito a contar com colaboradores diretos para administrar a cidade, conforme o Ato nº 573, de 16 de abril de 1913, levando a criação de repartições nas diferentes diretorias e, conseqüentemente, maior controle e ingerência estatal no cotidiano da cidade.

Apesar da ampliação das funções executivas na Primeira República, houve sobreposição de serviços em áreas como saúde, higiene e limpeza pública, resolvidos a partir de 1935, quando se promoveu uma completa modificação na estrutura do

poder executivo paulistano, onde foram criados Departamentos – que seriam as futuras Secretarias – numa tentativa de racionalizar as tarefas administrativas.

A legislação dos primeiros anos foi constantemente modificada, procurando dotar a cidade de serviços compatíveis com seu desenvolvimento e importância, até que, a partir de 1945, a estrutura do poder público municipal sofreu remodelações mais elásticas e diversificadas onde o contorno administrativo encontraria sua expressão mais acabada, “(...) não só com a finalidade de atender as novas demandas provocadas pelo crescimento populacional e urbano da década de 40, mas para adequar o executivo paulistano às novas características políticas do cenário nacional” (REVISTA AM, 1991, p. 70).

Este grande fundo constitui-se de conjuntos documentais referentes às seguintes áreas da administração pública municipal: Obras, Saúde e Higiene, Educação, Justiça, Governo, Fazenda e Cultura.

Procedência: Os documentos pertencentes ao fundo PMSP foram recolhidos ao Arquivo Histórico Municipal por serem classificados como de guarda permanente. De acordo com a legislação estadual, toda a documentação pública datada até 1940 é considerada de guarda permanente, não havendo necessidade de avaliação. Até então, as datas-limites dos recolhimentos são 1899 a 1935.

Por ser um fundo aberto, ou seja, o órgão produtor segue funcionando até os dias de hoje, para além da data limite, o fundo contém alguns segmentos documentais recolhidos de forma aleatória ao longo da existência do Arquivo Histórico, como os documentos referentes à atividade de fiscalização de elevadores na cidade de São Paulo (1937-1980), os documentos produzidos e acumulados pela Comissão Municipal da Memória e Verdade - CMVD (2014-2016), o conjunto documental pertencente à Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1951-1967), bem como séries documentais referentes ao Serviço Funerário (até 1977), Departamento/Secretaria de Cultura (até ano 2.000), Instituto de Previdência Municipal – IPREM (até 1980) e levantamentos aerofotogramétricos da cidade (até década de 1960).

Nota-se também, o grande volume de registros fotográficos que integram esse fundo. São aproximadamente 895.000 fotografias que foram produzidas com o intuito de registrarem as intervenções urbanísticas, bem como a implementação e manutenção

de serviços públicos realizados pela municipalidade desde a década de 1920 (com algumas lacunas) até o ano de 2013, assim como registrar constantemente os cerimoniais de prefeitos.

Integram também esse conjunto documental registros audiovisuais produzidos pelas gestões Maluf, Pitta e Marta. Estes se encontram armazenados em fitas VHS.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pela prefeitura de São Paulo reflete as ações desenvolvidas pelo executivo público municipal durante o século XX e na primeira década do século XXI. O conjunto possui grande volume e extensa variedade de documentação.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Algumas séries documentais possuem restrições de acesso, devido ao seu estado de conservação.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Em desenvolvimento

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens textuais: aproximadamente 15.000 caixas de arquivo, 745 volumes encadernados, 20 pastas de polionda; itens cartográficos: aproximadamente 2.914 plantas, mapas e desenhos, 20 fotocartas; itens fotográficos: aproximadamente 895.000 registros fotográficos; itens filmográficos: 30 fitas VHS; itens microográficos: 103 microfichas; itens eletrônicos: 5.000 fotografias digitais.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini. Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes:

SÃO PAULO (Município). Lei nº 374, de 29 de setembro de 1898. Reorganiza o poder executivo da cidade de São Paulo.

REVISTA do Arquivo Municipal, 199. São Paulo: DPH, 1991.

GUIA do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. São Paulo: DPH, 2007.

_____. *Acervo Permanente do Arquivo Histórico Municipal*. Publicação realizada no site da instituição. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/acervos/index.php?p=6952. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____. Ato n. 1 de, 7 de janeiro de 1899.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 30 de outubro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP AP

Título: Armando Prado

Data: 1845-1955

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e iconográfico, perfazendo 3,5 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Prado, Armando (1880-1956).

História Administrativa/Biografia: Armando Prado (1880-1956) descendia da tradicional família paulista, Silva Prado. Casou-se com Lídia Pacheco Prado, com quem teve quatro filhos. Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1898 e bacharelou-se em 1902. Em 1908 recebeu o grau de doutor em direito com a tese “Concepção do direito”.

Dedica-se, também, ao magistério, assumindo a cadeira de lógica do então Colégio Universitário, pertencente ao governo estadual. Em 1943, com a extinção do Colégio Universitário, foi designado para ministrar aulas de filosofia e história geral no Colégio Estadual da capital. Teve extensa publicação incluindo romances, dissertações, discursos e artigos.

Em 1905 começou a exercer a profissão de advogado na capital paulista, abrindo um escritório que seria um dos mais renomados de São Paulo durante várias décadas. Paralelamente, foi sócio fundador, em 20 de abril de 1912, da Companhia Brasileira de Publicidade e foi colaborador, acionista e membro da diretoria da Revista do Brasil, lançada em São Paulo em janeiro de 1916.

Iniciou sua carreira política em 1910, onde ocupou cargos nas esferas municipal, estadual e federal. É notável sua participação nos trabalhos de revisão da Constituição do Estado de São Paulo em 1929. Além disso, em 1945, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD).

Também fez carreira na administração pública, ainda estudante e também depois de formado, fez parte durante vários anos do corpo permanente de jurados do Tribunal do Júri de São Paulo. Durante sua trajetória, chegou a ser nomeado procurador e juiz,

sendo que em 1938 foi nomeado pelo interventor federal José Joaquim Cardoso de Melo Neto (1937- 1938) procurador-geral interino do estado de São Paulo.

Armando Prado, enquanto funcionário público, não atuou somente na área jurídica, em 1913, passou a ocupar o cargo de historiógrafo da Repartição de Estatística e em 1917 foi nomeado diretor do Museu Paulista.

Procedência: Sem Informações.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pelo titular é constituído por correspondências (cartas, memorandos, ofícios e cartões) enviadas e recebidas, documentos cartoriais (procurações, escrituras, contratos e inventários), alocações, discursos e conferências, retratos e fotografias de família, caderneta de anotações pessoais, manuscritos acadêmicos e rascunhos, estudos sobre a História de São Paulo e recortes de periódicos e jornais.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrição de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português e Inglês.

Instrumentos de Pesquisa: Em elaboração.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens textuais: 20 caixas arquivo. Itens fotográficos: 54 fotografias PB.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini. Para a biografia foram consultadas as seguintes

fontes: RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Armando Prado*. CPDOC FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PRADO,%20Armando%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____ Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G). Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 14 de junho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP JMV

Título: Jorge de Macedo Vieira

Data: 1915 - 1970

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e Iconográfico, perfazendo 48,5 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Vieira, Jorge de Macedo. 1894-1978.

História Administrativa/Biografia: Jorge de Macedo Vieira, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1917, iniciou sua carreira na *City of São Paulo Improvement and Freehold Company Ltd* – Cia. City. Seu primeiro projeto data de 1918, a Vila Anastácio, abrangendo uma área de 629.782 m². Esta e as demais obras que se seguiram revelam os vínculos de Vieira aos princípios de arruamento e planejamento adotados pela Cia. City, cuja origem revela filiação ao movimento pela cidade-jardim.

Após atuar na Cia. City montou um escritório com o companheiro de Politécnica, Mariano de Oliveira Wendell, no qual trabalhou por dois anos. Em 1922, Vieira organizou sua própria empresa denominada “Escritório Thecnico”. Seu escritório foi responsável por uma série de loteamentos na cidade de São Paulo como a Chácara da Mooca, Parque Edu Chaves, Vila Nova Manchester, Jardim da Saúde, Jardim Japão; mas também em outras localidades como Campos do Jordão, Campinas, Atibaia, Osasco, Rio de Janeiro, Nova Friburgo, além de elaborar projetos e planos urbanísticos para quatro novas cidades: Águas de São Pedro (1940), Maringá (1947), Pontal do Sul (1951) e Cianorte (1955).

Procedência: O conjunto documental foi doado pela sobrinha neta do engenheiro para a preparação de duas exposições: III Bienal Internacional de Arquitetura de 1997 e IV Bienal Internacional de 1999. Finda as exposições, a documentação ficou sob consignação do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH. O fundo foi incorporado ao acervo permanente da instituição através do despacho realizado pela Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, constante no processo nº 2012-0.276.432-7. O despacho da Assessoria determinou a posse da

documentação ao poder público municipal decorrido o prazo necessário para aplicação da lei de usucapião.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pelo titular é constituído por cadernetas de campo, boletins, notas fiscais, contratos para loteamentos, dossiês de obras, desenhos técnicos, projetos de arruamentos e loteamentos, anteprojetos, além de uma bibliografia específica sobre Engenharia em vários idiomas.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Alguns segmentos documentais deste fundo têm acesso restrito pelo mau estado de conservação em que se encontram.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português, Inglês, Francês e Italiano.

Instrumentos de Pesquisa: Listagem de documentos do fundo.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens bibliográficos: aproximadamente 50; itens cartográficos: 300 desenhos técnicos; itens textuais: 57 caixas arquivo.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Cintia S. N. Berlim e Karla Maestrini. Texto revisto por Karla Maestrini e Jhonatan Ferreira Pires. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

BONFATO, A. C. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960) *In: R.B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, nº 02, Nov. 2003.

CATÁLOGO da exposição *O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira*. IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, 1999-2000. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo.

REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade jardim. In: *Acta Scientiarum Maringá*, v. 23, nº 6, p. 1569-1577, 2001.

STEINKE, R. *A biografia profissional enquanto tema na cultura urbanística: Relato de uma experiência*. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Londrina, 2005.

IV BIENAL INTERNACIONAL. *O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira*. Disponível em: <<http://www.amjs.org.br/expoini.htm>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 14 de junho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP LSFN

Título: Lucas de Siqueira Franco Neto

Data: 1863-1910

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Privado

Dimensão e suporte: Textual e iconográfico, perfazendo 0,45 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Franco Neto, Lucas de Siqueira (1832-1910).

História administrativa/Biografia: Lucas de Siqueira Franco Neto nasceu na cidade de Atibaia, interior de São Paulo, em 1832. Herdou do pai, o coronel Manoel Jorge Ferraz, as obrigações políticas frente ao Partido Liberal de Atibaia, estando por 20 anos à frente do PL.

Em 1865 ingressou na vida pública, sendo eleito para vereador. De 1871 a 1876 foi presidente da Câmara Municipal de Atibaia.

Mudou-se para Itapira, onde após a morte de sua mãe, dona Gertrudes da Silveira Campos, assumiu a direção da fazenda da sua família, o Engenho das Palmeiras, também conhecida como “Engenho Velho”, voltada para exploração da lavoura cafeeira. Foi também acionista da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Procedência: O conjunto documental foi doado ao Arquivo Histórico Municipal pelo bisneto de Lucas de Siqueira Franco, José Jorge Siqueira Franco, em 16 de julho de 1993.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pelo titular é constituído por correspondências (cartas, memorandos, cartões, telegramas, postais) enviadas e recebidas, documentos cartoriais (atestados de nascimento e óbito de escravos, registros de transferências e permissões de viagens dadas a escravos), notas fiscais de materiais e serviços, recibos de pagamento, vales, listagem de despesas, recortes de jornais, receitas de remédio, etc.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma (s): Português e Francês.

Instrumentos de Pesquisa: Listagem de documentos do fundo privado Lucas de Siqueira Franco Neto.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens textuais: 3 caixas arquivo contendo 823 itens documentais, 1 envelope contendo recortes de jornais; itens fotográficos: 1 fotografia PB.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Karla Maestrini. Texto revisto por Karla Maestrini. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

História e imagens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Disponível em: <http://www.cmef.com.br/>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

Cronologia de Atibaia. Disponível em:

<http://www.atibaia.com.br/cidade/noticia.asp?numero=5>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G). Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 03 de julho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP SBC

Título: Sociedade Brasileira de Comédia

Data: 1939-1978

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e iconográfico, perfazendo 0,30 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Sociedade Brasileira de Comédia.

História Administrativa/Biografia: Fundada na década de 1940 em São Paulo por Franco Zampari (1898-1966) e Francisco Matarazzo Sobrinho (1898-1977), a Sociedade Brasileira de Comédia foi uma entidade sem fins lucrativos formada por representantes de renome da sociedade paulista, com o intuito de levantar fundos para a criação e funcionamento do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). A finalidade da Sociedade Brasileira de Comédia, segundo Hugo Schlesinger, era: (...) *o amparo de toda difusão da arte cênica, através do exercício de toda e qualquer atividade correlata, que redundem benefício do escopo que se propõe colimar.*

O Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) foi criado em 1948 e foi um importante meio para a solidificação da experiência moderna no teatro brasileiro. Inicialmente voltado ao teatro amador, torna-se em 1950 um teatro profissional. Figuras renomadas e influentes passaram pelo local, como Cacilda Becker, Paulo Autran e Fernanda Montenegro. As atividades e apresentações teatrais continuaram a acontecer no Teatro da Bela Vista, depois do encerramento da companhia.

Procedência: A documentação estava sob custódia de Hugo Schlesinger, membro da Sociedade Brasileira de Comédia, possuidor do diploma de Amigo do Teatro, escritor e diretor. A Doação foi realizada pela esposa de Hugo Schlesinger, Sra. Janina Landau Schlesinger em 1997.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pela Sociedade é constituído por documentos cartoriais (certidões, escritura de locação, certidão de depósito, termo de acordo, certificados, registros, estatutos e contratos); recortes de jornal, programações, programas, relação de materiais, relação dos sócios fundadores, boletim, folders, roteiro de atividades, convites, revista do teatro jovem, fotografias, cartazes, catálogos de peças, rascunhos de peças; correspondências (cartas) do Teatro das Nações a vários artistas, atas da Sociedade Brasileira de Comédia, croquis, letras de cambio, laudo técnico, folhetos, plantas do TBC, repertório TBC; documentos de receita e despesa (balanço, apólices de seguro, demonstrativo de movimento financeiro, recibos).

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Em elaboração

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens textuais, 02 caixas arquivo; itens fotográficos, 08 fotografias.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini e Leonardo de Sá Miranda. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

GUZIK, Alberto. *TBC: Crônica de um sonho*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1986.

SCHLESINGER, Hugo. Uma Breve história da Sociedade Brasileira de Comédia 1946-1971 in: *Um quarto de século de arte cênica*, São Paulo, s/d. TEATRO Brasileiro de Comédia (TBC). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo:

Itaú Cultural, 2017. Disponível em:
<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo112774/teatro-brasileiro-de-comedia>>.
Acesso em: 04 de julho de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 04 de julho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP JBSL

Título: João Brito da Silveira Leme

Data: 1921-1931

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e iconográfico, perfazendo 1,55 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Leme, João Brito da Silveira.

História Administrativa/Biografia: João Brito da Silveira Leme foi um engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Apesar das limitadas informações localizadas sobre o titular, sabe-se que foi Redator da Revista Politécnica e membro do Grêmio da Escola Politécnica de São Paulo no ano de 1926. Seu nome aparece na Edição 23.771 do Jornal Correio Paulistano de 1930, na lista de pagamentos da Secretaria da Viação. Sua coleção é composta por desenhos, plantas e projetos desenvolvidos durante sua formação acadêmica.

Procedência: Sem informações.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: A presente coleção é constituída por desenhos técnicos, plantas, esboços, projetos de construção, exercícios de estudos de cálculo, cadernetas, relatórios, tabelas, Correspondência (telegrama e carta) e croquis.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da Coleção João Brito da Silveira Leme.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens textuais, 01 caixa arquivo; itens cartográficos, 68 plantas.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Jhonatan Ferreira Pires. Para a biografia foram consultados as seguintes fontes:

Revista Politécnica, nº 81 de 1926. Disponível em: <www.memoria.poli.usp.br>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 01 de setembro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP AMAOJ

Título: Coleção Antônio Maria de A. O' Connel Jersey

Data: 1871-1912

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual, iconográfico e tridimensional, perfazendo 4,00 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Dado não disponível.

História Administrativa/Biografia: Antônio Maria de A. O' Connel Jersey foi um Engenheiro Militar, nascido em 12 de janeiro de 1860 na província de Pernambuco. Formou-se em 1871 pela Faculdade de Direito do Recife e obteve seu bacharel em "sciences physiques e mathématiques", concluindo o curso de Engenharia Militar na Escola Militar do Império do Brasil, no Rio de Janeiro em 1884.

Em 1889 trabalhou no projeto de desobstrução da doca de "Ver-o-Peso", no Governo Provisório do Estado do Pará, e em 1895 realizou o Plano de orçamento para a reconstrução da ponte sobre o rio Pará. Foi membro titular da *Société Astronomique de France* em 1891 e Comandante da Companhia de Bombeiros de São Paulo neste mesmo ano. Em 1896 torna-se Fiscal do Estado junto à Empresa Viação Brasil.

Procedência: Doação realizada por sua filha Sra. Maria Elisabeth Queiroz Robin em 1980.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: A coleção é composta por correspondências (cartas e notificações) ativas e passivas, licença-saúde, certificados e diplomas, nomeações 1888-1896, comunicados, 1 planta em papel heliográfico de 1912, uma espada com o brasão de armas da República, uma caixa de ferro contendo complementos de uniforme e um estojo circular de prata contendo selos da Escola Militar do Rio de Janeiro.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português.

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da coleção.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens textuais: 1 caixa arquivo; itens cartográficos: 1 planta; itens tridimensionais, 1 espada, 1 caixa e 1 estojo.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Eduardo de Vito. Para a biografia foram consultados os documentos existentes na coleção, assim como os dados que constam no termo de doação.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____ Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G). Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 23 de outubro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP LS

Título: Leopoldo Sydow

Data: 1876-1978

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: textual e iconográfico, perfazendo 2 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Sydow, Leopoldo (1872-1951).

História Administrativa/Biografia: Nascido em 26 de maio de 1872 em Mairinque, São Paulo, Leopoldo era filho do importante industrial de ascendência alemã Frederico Sydow e de Maria Thereza Emile Stevaux. Estudou no Colégio Americano e depois se formou em engenharia mecânica pelo Mackenzie. Possuía uma importadora com seu pai, que importava máquinas para indústrias brasileiras. Trabalhou em diversas cidades do interior de São Paulo ajudando no aprimoramento da produção das indústrias, e administrou por seis anos a fábrica de tecido de juta “Santana” de Antônio Alvares Penteado. Em 1905 foi engenheiro chefe da empresa inglesa Schill com sede no Rio de Janeiro.

Em 1923, a Faculdade de Engenharia do Rio de Janeiro entregou diplomas aos engenheiros formados pelo Mackenzie. Leopoldo além do diploma recebeu o título de “Honoris causa” pelo trabalho feito na Faculdade.

Teve muitas iniciativas na criação de indústrias, no melhoramento da produção industrial brasileiro e na mecanização das lavouras, com estudos no Mackenzie, na Faculdade de Engenharia do RJ e na Inglaterra. Também participou de construções de obras públicas, como por exemplo, o dique seco conhecido como “Toque-Toque” em Niterói. Também teve empresas próprias no Estado de São Paulo. Faleceu em 07 de janeiro de 1951.

Procedência: Doação realizada pelo seu filho Sr. Sérgio Sydow em 1984. Biografia do Sr. Leopoldo Sydow anexada junto ao termo de doação.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: A coleção é composta um conjunto de desenhos técnicos de maquinário fabril, alvarás de licença, registros de orçamento, uma planta Geral das Estradas de Ferro de São Paulo em 1876, registros fotográficos de máquinas industriais e da construção do dique “Toque-Toque”, catálogo de máquinas industriais,

correspondências, álbum biográfico de personalidades paulistas, e recortes de jornal datados de 1978.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da coleção.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens textuais: 1 caixa arquivo e 1 clipping de jornais; itens cartográficos: 1 planta; itens fotográficos: 14 fotografias PB.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Eduardo de Vito. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

Biografia do Sr. Leopoldo Sydow doada por seu filho Sérgio Sydow.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 19 de outubro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP SV

Título: Severo & Villares

Data: 1870-1960

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Iconográfico, perfazendo 13 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Escritório Severo & Villares.

História Administrativa/Biografia: O escritório Severo & Villares, o mais longo escritório de arquitetura, engenharia e construção de São Paulo, em seus 94 anos de existência teve grande importância na caracterização da cidade ao se firmar como um dos precursores do que havia de mais moderno em termos de arquitetura de meados do século XIX e início do século XX.

Desde a chegada de seu fundador Ramos de Azevedo à capital em 1886 até seu possível fechamento em 1980, o escritório assinou cerca de 4.000 projetos na capital e fora dela, tais como projetos das filiais em Santos e no Rio de Janeiro, sendo tanto de obras públicas, quanto de particulares encabeçadas por figuras ilustres da arquitetura paulista, como o próprio Ramos de Azevedo (1886-1928) no início, depois por Ricardo Severo (1928-1940), por Arnaldo Dumont Villares (1940-1965) e nos últimos 15 anos pelos politécnicos Dr. Roberto Pereira de Almeida e Affonso Iervolino.

Devido ao amplo leque temporal de existência, alinhou-se ao ecletismo na sua primeira fase e ao art déco no período sob a liderança de Arnaldo Dumont Villares. Além disso, foi o primeiro escritório a adotar uma linha de montagem taylorista e desenhar seus projetos com uma nítida preocupação urbanística, auxiliando na composição de uma paisagem urbana que se queria modernizar.

Para isso, a vinculação dos protagonistas com a Escola Politécnica (Poli) e o Liceu de Artes e Ofício foi essencial para a formação de quadros técnicos capazes de dar cabo à nova estética eclética, sendo a formação de mão de obra especializada outra característica do escritório.

Procedência: Doação realizada pelo Dr. Paulo Bonilha, diretor e representante do Escritório Severo & Villares em 1980 e uma segunda doação foi realizada pelo Dr. Afonso Iervolino, também representante do Escritório, em 1981.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: Este conjunto documental é constituído por fotografias do Teatro Municipal e plantas dos projetos: Edifício dos Correios e Telégrafos; Palácio das Indústrias no Parque Dom Pedro; Edifício da Secretaria da Agricultura do Pátio do Colégio; Escola Politécnica; Estádio Municipal do Pacaembu; Teatro Municipal; Mercado Municipal da Rua Cantareira.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da Coleção de Projetos do Escritório Severo & Villares.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens cartográficos: 1.831 plantas aproximadamente; itens fotográficos: 112 fotografias PB do Teatro Municipal.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Leonardo de Sá Miranda. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Escritório Técnico Ramos de Azevedo Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980)*. Revista CPC, São Paulo, n.19, p.194–214, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/97896>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 14 de julho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP UCRB

Título: União de Criadores de Roller do Brasil

Data: 1952

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: iconográfico, perfazendo 0,33 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: União de Criadores de Roller do Brasil.

Biografia: A UCRB – União dos Criadores de Roller do Brasil foi fundada em 1948 com o objetivo de aprimorar e divulgar a criação de canários de canto no Brasil. Dentro da história da canaricultura brasileira, o grupo se destaca pela primeira grande exposição de canários de canto e de cor, realizada em 1949. Outro destaque encontra-se na Lei nº 5.479, de 30 de dezembro de 1986, onde é declarado *“de utilidade pública a União de Criadores de Roller do Brasil, com sede na Capital”*.

Procedência: Sem informações.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: Coleção composta por onze fotografias do 1º Campeonato Brasileiro de Criadores de Roller, ocorrido em Perdizes no ano de 1952.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Em elaboração.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens iconográficos: 11 fotografias PB.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S Rocha e Lucas L. Balderrama. Revisto por Eduardo de Vito. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

_____. *A História*. Publicação encontrada no site www.canariodecanto.com.br, acesso em 20 de setembro de 2017.

Lei nº 5.479, de 30 de dezembro de 1986, Publicada no Diário Oficial (DOE-I 31/12/86, p.2). Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=26453>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 20 de setembro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP ECSP

Título: Escritório Caio da Silva Prado

Data: 1829-1980

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e iconográfico perfazendo 10 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Prado, Caio da Silva (1872 -1947).

História Administrativa/Biografia: Caio da Silva Prado descendia da tradicional família da aristocracia paulista Silva Prado. Iniciada com o sargento-mor Antônio da Silva Prado na primeira década do século XVIII, a Família Prado possui um grande histórico de influência e prestígio dentro da sociedade paulistana e uma grande participação na história econômica e política de São Paulo.

Casou-se, em 1895, com Antonieta Álvares Penteado (1880-?), filha do conde Antonio Leite Álvares Penteado (1852-1912). O casal teve quatro filhos: Eduardo da Silva Prado, Ana Iolanda da Silva Prado, Caio da Silva Prado Jr. e Carlos da Silva Prado.

Procedência: Doação realizada pelo Sr. Eduardo da Silva Prado Jr. em agosto de 1988.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pelo titular do fundo reúne diversos registros textuais e iconográficos relacionados à sua vida profissional e pessoal. Destes, destacam-se: Correspondências (cartas e ofícios) expedidas e recebidas pelo Escritório de Caio da Silva Prado entre 1912-1974; Documentos cartoriais (contratos de arrendamento e venda de lotes, contratos de locação e escrituras de imóveis, termos de cessão, procurações, listagens, relatórios de propriedades, relação de imóveis da família, certificados, certidões, apólices de seguros e testamentos); Receitas e Despesas (balanço, folhas de pagamento, cota de vendas, recibos, livros de caixa, registro de exportador, demonstrativos e impostos);

Relação de construções da Família Prado e memoriais descritivos; Dossiês pessoais; plantas e projetos arquitetônicos; mapas; fotografias; jornais, livros e periódicos.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Inventário do fundo Escritório Caio da Silva Prado.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens bibliográficos: 43 volumes; itens fotográficos: 289 negativos e 15 positivos PB; itens textuais: 17 caixas arquivo, 350 jornais, aproximadamente; itens cartográficos: 272 plantas e mapas.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes: ABREU, Alzira Alves de Abreu. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Editora CPDOC-FGV, São Paulo, 2015.

LEVI, E. Darrell. *A Família Prado*. Editora Cultura 70, São Paulo, 1977.

MENDES, Ricardo. Alta burguesia paulista e a Belle Époque: imagens estereoscópicas do acervo do AHSP. *Informativo Arquivo Histórico de São Paulo*, 9 (35): fev. 2014. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 30 de junho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP MLO

Título: Manoel Lopes de Oliveira

Data: 1864-1910

Nível de Descrição: Fundo

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e iconográfico, perfazendo 3,70 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Oliveira, Manoel Lopes de (1886-1912).

História Administrativa/Biografia: Manoel Lopes de Oliveira foi uma figura pública paulista. Em 1899 foi nomeado para a administração dos Correios de São Paulo e em 1906 recebeu a nomeação de serventuário público. Foi membro e teve participação direta no PRP- Partido Republicano Paulista.

O Partido Republicano Paulista foi fundado em 1873 durante a Convenção de Itu. O Partido foi predominante no Estado de São Paulo durante toda a República Velha e foi extinto em dezembro de 1937 junto com os demais partidos, logo após a decretação do Estado Novo.

Procedência: Não possuímos registros acerca da incorporação da documentação de Manuel Lopes de Oliveira ao acervo permanente da instituição, todavia, sabemos que o titular do fundo foi responsável pela guarda de parte da documentação produzida e acumulada pelo Partido Republicano Paulista, do qual fez parte.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: O conjunto documental produzido e acumulado pelo titular é constituído por um retrato de 1890, correspondências (cartas, memorandos, telegramas, ofícios, nomeações, convites e cartões) enviadas e recebidas diretamente para Manoel L. de Oliveira, álbum organizado pela então divisão do Arquivo Histórico com cartões e anotações do titular, relatórios, documentos de receita e despesa (recibos, contratos, balanços e orçamentos) pessoais, documentos cartoriais

(procurações, escrituras, contratos e inventários). Correspondências (cartas, ofícios, solicitações) passiva e ativa de diretórios ou grêmios republicanos no interior do Estado de São Paulo, periódicos (incluindo a Revista Federal – Publicação do Clube Republicano Rio Grandense), manifestos, panfletos e circulares republicanos.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Há restrição de acesso para alguns conjuntos documentais acondicionados nas caixas número 26, 27 e 29, em decorrência da fragilidade de seu estado de conservação.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem de documentos do fundo Manuel Lopes de Oliveira

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens cartográficos: 2 gavetas de mapoteca; itens fotográficos: 1 retrato PB; itens textuais, 7 caixas arquivo e 13 documentos encadernados.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S. Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

RAMOS, Plínio de Abreu. *Partido Republicano Paulista (PRP)*. CPDOC FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de*

Descrição Arquivística. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 23 de junho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP AQB

Título: Aníbal Queiroz Botelho

Data: 1932

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Iconográfico, perfazendo, 0, 15 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Aníbal Queiroz Botelho.

História administrativa/Biografia: Nascido em Barbacena, Minas Gerais, em 26 de fevereiro de 1913, formou-se na Escola Politécnica de São Paulo em 1937 com título de Engenheiro Civil. Atuou nesta área durante muitos anos, tendo sido registrado no Livro de Registro de profissionais Engenheiros e Arquitetos da Prefeitura Municipal de São Paulo durante o período de maio/1939 a jan/1942.

Procedência: Sem informação.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: Coleção composta por 15 registros fotográficos referentes a edificações escolares e aberturas de vias. Constam também 2 fotografias PB que retratam soldados paulistas da Revolução de 1932.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da coleção.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens fotográficos: 17 positivos PB.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S. Rocha e Karla Maestrini. Texto revisto por: Eduardo de Vito. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

Livro de Registro de Profissionais Engenheiros e Arquitetos - maio/1939 a jan/1942, livro 2B, p. 176. Fundo: Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP – Arquivo Histórico Municipal – AHM.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 12 de setembro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP MCB

Título: Maria Carmen Brandão

Data: 1914 – 1984

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual, perfazendo, 0,15 metros lineares.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Landa Kosbach (pseudônimo de Carmen Lydia/ Maria Carmen Brandão, nascida possivelmente entre os anos 1901-1902, falecida em 1992).

Biografia: Nascida na Alemanha como Landa Kosbach, foi batizada como Maria durante sua estadia em Milão no ano de 1912 e também foi conhecida por vários nomes artísticos, dentre eles o mais conhecido: Carmen Lydia. Foi uma bailarina e coreógrafa que se notabilizou por sua participação no desenvolvimento do Ballet no Brasil.

Iniciou seus estudos em 1905 com três anos de idade no Ballet do Rio de Janeiro, seguindo sua carreira estudando em diversas escolas renomadas de Ballet, entre elas: Ópera de Paris em 1909, Escola de Milão em 1911 e a Escola Dramática Municipal do Rio de Janeiro em 1914.

Sua primeira experiência como professora de Ballet se deu na Escola Profissional Associação Cívica e Feminina de São Paulo em 1938, onde teve a oportunidade de fundar sua primeira escola de Ballet, intitulada *Original Ballet e Mímica Infantil e Juvenil de São Paulo*. Dentre as atividades de professora também atuou como diretora, coreógrafa e figurinista. Desde então fundou diversas Escolas pelo Estado de São Paulo, participou de bancas examinadoras e foi muito homenageada pela importância no Ballet Brasileiro.

Aos 13 anos de idade, também ficou conhecida após o seu romance com Oswald de Andrade. No entanto, em 1920 casa-se com Damaso Souza Brandão com quem teve três filhos.

Procedência: Doação feita pelo Sr. Carlos A. Gomes Cardim Filho em 03 de dezembro de 1991.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: Coleção composta por correspondências (Cartas e bilhetes enviadas e recebidas), cópias e recortes de periódicos, programações de teatro, literatura e convites que façam algum tipo de menção a vida e obra de Maria Carmen Brandão.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da coleção.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: itens textuais: 1 caixa de arquivo.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S Rocha e Lucas L. Balderrama. Revisto por Jhonatan Ferreira Pires. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

Breve Histórico autobiográfico escrito em 1982, documento presente na coleção.

FONSECA, M. A. *Oswald de Andrade: biografia*. São Paulo: Globo, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=kdnx37A8GyMC&pg=PA84&lpg=PA84&dq=landa+kosbach&source=bl&ots=shuuhfSiG3&sig=MvF_OIPszvuN7PXqRdqIJtpSSiQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjviKvU1rbVAhWdf5AKHVL8BIOQ6AEINTAD#v=onepage&q=landa%20kosbach&f=false. Acesso em: 01 de agosto de 2017.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 12 de setembro de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP VC

Título: Visconde de Castro (2º Visconde)

Data: 1814-1853

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual e Iconográfico, perfazendo, 0,15 cm.

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Visconde de Castro (1778-1853).

História Administrativa/Biografia: João de Castro do Canto e Mello, segundo visconde de Castro, nasceu em 1778 na província de São Paulo, filho de pai homônimo e de Dona Escolástica Bonifácio de Toledo Ribas. Além de João, esse casamento gerou outros seis descendentes, dentre eles, a Marquesa de Santos, célebre amante de D. Pedro I. Seguiu carreira militar, onde atingiu o posto de Marechal e foi gentil-homem da Casa Imperial, se notabilizando pelos feitos na batalha da Cisplatina entre 1811 e 1815. Além disso, obteve outros títulos, Visconde de Castro também foi signatário da Ordem da Rosa, comendador da Ordem de Cristo e Avis e oficial da Ordem do Cruzeiro. Casou-se com a Dona Inocência Laura Vieira de Azambuja e recebeu o título de Visconde em 1827. Faleceu em 1853 em Porto Alegre.

Procedência: Doação realizada pela família Canto e Mello em 1979.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: A coleção é composta por Títulos, correspondências, documentos pessoais, selos, um canto fúnebre e um pequeno texto com dados relativos ao Visconde.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso.

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português

Instrumentos de Pesquisa: Listagem da coleção.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens textuais: uma caixa arquivo.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini. Para a biografia foram consultadas as seguintes fontes:

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos e noticiosos da Província de São Paulo*, Tomo II. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Publicação comemorativa do IV Centenário da cidade de São Paulo.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 30 de junho de 2017.

Área de Identificação

Código de referência: BR SPAHSP JP

Título: Coleção de jornais e periódicos

Data: 1832-1989

Nível de Descrição: Coleção

Natureza Jurídica: Privado

Suporte e Dimensão: Textual

Área de Contextualização

Nome do Produtor: Diversos

História Administrativa/Biografia: A referida coleção reúne jornais e periódicos provenientes de doações e recolhimentos de documentos executados pelo Arquivo Histórico ao longo das últimas três décadas. Apesar da variedade temática dessa coleção, existe um assunto que concentra boa parte dos periódicos: o suicídio de Getúlio Vargas.

Procedência: Grande parte dos jornais e periódicos que integram a coleção foi doada pelo historiador Edgar Luiz de Barros, em 1985. Além desses documentos, há jornais recolhidos da Secretaria Municipal de Cultura e outros segmentos que não sabemos precisar a procedência.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e Conteúdo: A coleção é composta por jornais e periódicos diversos, dentre esses se encontram nos formatos de cadernos de notícias, revistas e folhetos. A dimensão dos veículos responsáveis pelas publicações também é diversa, na coleção existem jornais de âmbito nacional, estadual, municipal e de bairro, também estão presentes jornais de organizações políticas, universidades e relacionados a alguma atividade específica.

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso: Sem restrições de acesso

Condições de reprodução: A reprodução segue as normas estabelecidas pelo decreto nº 57.548, de 19 de dezembro de 2016, que fixa os preços prestados pelas unidades da PMSP.

Idioma: Português.

Instrumentos de Pesquisa: Em desenvolvimento.

Área de Fontes Relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Itens textuais: 529 jornais; itens bibliográficos: 30 periódicos, 01 clipping de notícias sobre o suicídio de Getúlio Vargas, itens micrográficos: 14 rolos de microfilmes 35 mm.

Área de controle de descrição

Nota do Arquivista: Descrição preparada por Letícia da S Rocha e Lucas L. Balderrama. Texto revisto por Karla Maestrini.

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Data da Descrição: 17 de outubro de 2017.

